

ACTA N.º 13
MANDATO 2005/2009

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano dois mil e sete, pelas vinte horas e trinta minutos, nos Paços do Concelho, reuniu-se a Assembleia Municipal de Valongo, em Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----
2. Período antes da ordem do dia; -----

Ordem do Dia: -----

1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2007.04.30; -----
2. Discutir e Votar Propostas da Câmara Municipal sobre: -----
 - 2.1 Projecto de regulamento de publicidade, propaganda política e eleitoral e outras utilizações do espaço público – Aprovação; -----
 - 2.2 2ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano; -----
3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente da Câmara João António de Castro e Paiva Queirós, os Senhores Vereadores José Luís Gonçalves de Sousa Pinto, Mário Armando Martins Duarte, Maria José Baptista de Moura Azevedo, António Augusto de Magalhães Gomes, Jorge Manuel Gonçalves Videira e Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre. -----

Substituição ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Alfredo da Costa Sousa, António Fernandes Monteiro, António Marques Oliveira, João Paulo Rodrigues Baltazar, José Manuel Pereira Ribeiro, Manuel Sousa da Silva Cavadas, Olívio Alexandre Amador Cruz, Pedro Filipe da Rocha Almeida e Ventura de Almeida, sendo substituídos, respectivamente, pelo Membros da Assembleia Municipal Eusébio Manuel da Fonseca, António Moreira Pedro, Manuel Jorge Carneiro Vasconcelos Machado Pinto, Célia Cristina Lopes Ferreira, Pedro Ricardo Coelho Videira, José Carlos Cardoso Fernandes Silva, Idália Moreira Marques, José Manuel Abreu de Carvalho e Maria Esmeralda Correia de Carvalho. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, deu início à sessão, convidando o Deputado José Fernando Santos Castro para substituir o Segundo Secretário Olívio Alexandre Amador Cruz, em virtude deste faltar. -----

O Senhor **Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal de Valongo. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu a palavra aos Senhores Múncipes que pretendessem intervir, não se tendo verificado intervenções, dando de seguida a palavra aos Senhores Deputados que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha**, fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como Doc.1. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** começou por dizer que relativamente a duas situações que colocou na Assembleia anterior, e que da parte da Câmara Municipal ainda não obteve informação. -- A primeira era sobre o lixo depositado na Rotunda 1º de Maio, em Valongo, em particular junto ao posto dos Correios ali existente e que na sua opinião a Câmara deveria intervir de forma a terminar com aquela situação. -----

A segunda era relativamente ao cruzamento da Rua da Fábrica da Cerâmica com a Rua Gil Vicente, em Ermesinde, um cruzamento perigoso onde se têm dado vários acidentes, e a Câmara na altura em que colocou a questão disse que estava a providenciar uma solução para o mencionado cruzamento e até à data continua na mesma. -----

De seguida fez a leitura de uma Recomendação que se anexa à presente acta como Doc.2. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.3. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.4. -----

O Senhor **Deputado Fernando David dos Reis** começou por dizer que o Sporting Clube de Campo tem um campo onde não pode jogar, sendo a freguesia de Campo a única do Concelho onde há dois anos tinha duas equipas a militar no Campeonato Distrital e neste momento é a única freguesia do Concelho que não tem clube. -----

Disse de seguida que o Balselhense não tem terreno para que possam alterar o campo de jogos, mas o Sporting Clube de Campo tem terreno por acordo que fez com os proprietários dos terrenos anexos não tendo verbas para fazer as obras. -----

Gostaria de saber se a Câmara, durante o dia, recebeu uma proposta para a segunda fase das obras do campo a fim de lá se poder jogar, solicitando que a Câmara Municipal tente tudo o que estiver ao seu alcance para que o Sporting Clube de Campo consiga jogar nas suas instalações o mais breve possível. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** começou por manifestar o seu apoio e concordância quanto à necessidade dos Centros de Saúde de Alfena e de Campo. -----

Relativamente ao campo de jogos do Futebol Clube de Campo o assunto já havia sido falado mais do que uma vez e que gostaria de saber qual o ponto de situação do campo de treinos da Virela em que inicialmente não havia problemas quanto ao espaço e aos terrenos e depois surgiram problemas com terrenos privados, gostaria de saber se na época futebolística 2007/2008 o campo de treinos da Virela estará concluído. -----

Quanto a um requerimento que formulou na última Assembleia sobre a Estrutura Camarária ao qual recebeu resposta da Câmara e constatou que paralelamente à aprovação da nova Estrutura Orgânica foram criadas, por despacho do Senhor Presidente da Câmara, duas áreas coordenadoras, o que significa que a Estrutura aprovada em Assembleia foi adulterada. -----

Quanto às questões que formulou não obteve resposta no que concerne aos graus académicos das responsáveis pelas áreas criadas nem se auferem remunerações ocasionais pela função que desempenham, pelo Gabinete da Presidência, verbalmente, foi informado que não auferem qualquer remuneração ocasional e que a responsável pela Coordenação das Bibliotecas e Pólos de Leitura não possui qualquer licenciatura, apesar de no documento que recebeu ser titulada como Dra.. -----

De seguida disse que se começa a tornar público que o Executivo da Câmara estará a estabelecer uma parceria público privada para a construção dos novos Paços do Concelho e outros Equipamentos Públicos, gostaria de saber se esse projecto existe, e existindo onde e qual o tipo de parceria, bem como tudo o que envolva essa matéria. -----

Relativamente aos arruamentos do Concelho constata-se que o piso de rodagem se encontra em adiantado estado de degradação, sendo alguns da responsabilidade das Águas de Valongo pelas obras que efectuaram, questionando se estão programadas acções para a sua reparação. -----

Por último disse que no dia dois de Julho está prevista a assinatura do QREN- Quadro Comunitário de Apoio e gostaria de saber se para além da Carta Educativa o Executivo tem outros projectos que se possam enquadrar no QREN – Quadro Comunitário de Apoio. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente aos requerimentos apresentados sobre o Mercado de Ermesinde, recebeu inicialmente uma resposta da Câmara em que diz que estava em estudo e uma outra relativamente à construção onde lhe parece após uma leitura rápida que não existe projecto de construção para os terrenos adjacentes ao Mercado. -----

Quanto ao Mercado de Ermesinde gostava de saber se é ou não verdade se a Fiscalização Económica lá foi e se foram levantados Autos de Notícia por o Mercado não estar a funcionar conforme as normas de higiene e segurança. Pretendia, ainda, saber se a Câmara é capaz de garantir a segurança do edifício para quem lá trabalha, bem como quem vai às compras, pois o mesmo apresenta algumas aberturas na sua estrutura. -----

Seguidamente disse que junto a uma urbanização por trás da Vila Beatriz foi deitado um muro abaixo e foram cortadas árvores, gostava de saber o porquê de se deitar o muro abaixo, bem como as árvores. -----

Por fim relativamente à questão colocada anteriormente sobre os novos Paços do Concelho gostaria de saber qual o ponto de situação. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira** disse que quanto à intervenção do Senhor Deputado Casimiro Sousa relativamente ao estudo efectuado pelos Técnicos Oficiais de Contas do ano 2005 deu razão ao Partido Socialista, o mesmo está ultrapassado pois estão em 2007, pois o Senhor Deputado pensa que o tempo volta para trás ou não está interessado em que se perspective o futuro e se corrijam os erros do passado. -----

De seguida disse que quando vê um Deputado do Partido Socialista, o Senhor Deputado José Carvalho, em nome da freguesia de Campo e dos seus eleitores reivindicar um Centro de Saúde, bem como o Senhor Deputado Arnaldo Soares em nome da freguesia de Alfena, quando se apela uma nova escola para o Barreiro, quando a Via Estruturante de Campo que é da responsabilidade do Poder Central que está a ser ignorada, quando soma tudo às instalações do Tribunal que foram objecto de chacota e que os actuais responsáveis da Câmara já se ofereceram para disponibilizar terreno ao Ministério da Justiça, quando o alargamento da A3 até Campo que é da responsabilidade do Governo não é feito e onde se continuam a dar acidentes mortais. O Senhor Deputado Casimiro Sousa, em nome da Bancada do PS diz que os Técnicos Oficiais de Contas dão razão ao partido Socialista só se for ao de Valongo, pois o Secretário de Estado disse que a redução do défice público de 6,1 para 3,9 não se deve apenas ao Governo mas em boa parte ao Poder Local, no Poder Local também se tem a Câmara de Valongo. -----

Pelo que dizer que a Câmara de Valongo é a que está em pior situação financeira das 277 Câmara é no mínimo bizarro. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** começou por dizer que se não fosse a perspicácia do Partido Socialista não teriam conhecimento do que paira na mente do Executivo Municipal relativamente aos novos Paços do Concelho, não estranha pois é prática corrente do Partido Socialista lançar esse tipo de notícias, só não sabe com que intenção. -----

Estranha é que o Partido Socialista se sirva de um Jornal Diário para através dessas notícias dar indicação de voto aos seus representantes locais, se verificarem essa notícia serve para dar indicações aos seus Militantes, concretamente aos seus representantes na Assembleia Municipal e provavelmente nas Juntas de Freguesia e Câmara Municipal, para que fique registado que o Partido Socialista é contra a existência de novos Paços do Concelho. -----

A preocupação do Partido Socialista tendo em conta o que vem na notícia diz que paira na mente do Executivo da Câmara servir-se de determinadas parcerias para conseguir esse objectivo e isso não é aconselhável. -----
Gostava que os mesmos elementos que do Partido Socialista que enviaram a notícia para o jornal tivessem o mesmo cuidado em enviar protestos e preocupações idênticas ao Governo Central, pois todos os dias verificam que as grandes obras são executadas ao abrigo dessas parcerias, o que quer dizer que o Governo Central tem uma maneira de pensar e agir, e os Autarcas têm uma forma completamente diferente e acham demasiado perigoso enveredar-se por esse tipo de sistema. -----
Ficou satisfeito pois há vinte anos é que foi feita uma péssima parceria para dar existência aos actuais Paços do Concelho que foram obtidos através de uma cedência de terreno da Câmara Municipal de Valongo, na altura da responsabilidade do Partido Socialista, cedência de terreno a uma empresa de construção com a obrigação de ceder o espaço para a instalação dos actuais Paços do Concelho os quais considera pouco condignos. -----
Disse de seguida que o mais grave da questão não foi a parceria, mas que se as verbas gastas nessa parceria fossem devidamente aproveitadas davam para construir uns Paços do Concelho de raiz nos quais todos os Municípios tivessem orgulho neles. -----
Ouviram uma abordagem às dificuldades económicas conhecidas por todos, não só de Valongo mas de todo o País, que sendo verdade porque é que se ouve em simultâneo solicitar a construção disto e daquilo, investimentos de algum vulto, quando sabem que a Câmara não tem dinheiro disponível, e as pessoas que pedem esses investimentos votaram contra todas as medidas de angariação de receita legal, à qual o Município se poderia ter socorrido. ---
Relativamente à Moção apresentada pelo Senhor Deputado José Carvalho onde pede que a Câmara disponibilize um terreno para a construção do Centro de Saúde, a Câmara não tem a obrigação de disponibilizar o terreno pois é da exclusiva responsabilidade do Governo Central, a quem se deve pressionar e não pedir à Câmara que disponibilize um terreno. O centro de Saúde de Valongo se existe foi porque uma instituição disponibilizou o terreno pois caso contrario ainda hoje, provavelmente, não existiria. -----
O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** disse que foi feito um aproveitamento de uma notícia que veio no Jornal, veiculada à Comissão Política do Partido Socialista de Valongo relativamente aos Paços do Concelho, sobre a qual foi feita uma leitura abusiva. -----
O Partido Socialista não é contra a construção dos novos Paços do Concelho, pois têm a noção de que os actuais Paços do Concelho não são condignos para o Concelho, o Partido Socialista talvez seja é contra a forma como se estão a fazer as coisas, de uma forma obscura e escondida. -----
Na sua anterior intervenção apenas questionou se haveria parcerias ou projectos, a fim de se documentar e quando chegar o momento é que

decidiriam se estão ou não de acordo, não se devem tirar ilações precipitadas de uma situação e de uma menos verdade que não é o Partido Socialista não querer os novos Paços do Concelho. -----

Seguidamente disse ser um defensor dos grandes investimentos no Concelho que não têm sido feitos ao longo dos anos, por falta de dinheiro, falta de receitas, despesas excessivas, por falta de investidores e muitas outras razões para que o Concelho não tenha o desenvolvimento que merece. -----

Não é o facto do Partido Socialista ter votado contra o Orçamento e contra aquilo com que não concorda que as situações não se resolvem, anteriormente disse que apoiava as Moções apresentadas relativamente aos Centros de Saúde de Alfena e de Campo, aplaude esse tipo de iniciativas, mas não se diga que essas estruturas são feitas com dinheiro da Câmara quanto muito estas disponibilizam os terrenos. Quanto à disponibilidade dos terrenos tem algumas dúvidas quanto à localização que querem para os equipamentos pelo interesse que se manifesta nesses locais. -----

Por fim disse que num Organismo Inter Municipal foi apresentado o projecto do Plano de Pormenor de Valongo onde foi realçado um Corredor do Metro, há Deputados na Assembleia que têm estado presentes na Assembleia Metropolitana e sabem que nem nos horizontes está qualquer linha do Metro para Valongo. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** disse que o Partido Socialista ficou preocupado com a possível ideia do Executivo fazer uma parceria para a construção dos Paços do Concelho, não vê razão para que essa preocupação exista quando o País se vai vivendo é à custa das parcerias em todas as áreas. As parcerias sempre existiram, hoje elas são diárias, aparecem em todas as áreas, até em áreas onde não se aconselham por serem Serviços Públicos e deveriam ser da total responsabilidade do Estado. -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha** começou por dizer que na sua anterior intervenção não disse para a Câmara comprar o terreno mas sim para o disponibilizar, pois a Câmara faz parcerias, o Hospital de São Martinho tem mais dois andares do que o PDM permite e ainda não foi abaixo é porque não é ilegal, porque é que na altura não se negociou com o proprietário uma andar e o outro para o Centro de Saúde. -----

Existem terrenos que são cedidos, áreas de cedência nas urbanizações que são vendidas, em Campo foram três ou quatro, porque não se aproveitaram esses terrenos para o campo de futebol e para o Centro de Saúde. -----

Não se discute se a Câmara tem ou não obrigação, pois até a Junta de Freguesia tem obrigação de arranjar um terreno, não é importante que seja o Estado, a Junta de Freguesia ou a Câmara, é uma questão de às vezes se pensar em conjunto e estão ali para ajudar pois muitas vezes compram-se coisas sem dinheiro. -----

Quando se levantou a questão de que todas as Câmara estão endividadas, a Junta de Freguesia de Campo teve que tomar uma medida anti popular que foi de cortar os subsídios às colectividades e suspender o passeio dos idosos Não pedem que a Câmara faça um castelo, pois sabem que a Câmara está em recessão e todos os Autarcas tem ajudado para isso, têm proposto à Câmara situações que têm nas suas freguesias. -----

Quanto ao Centro de Saúde deve-se estudar uma solução, a Junta de Freguesia se avançar a Via Distribuidora poderá ter terreno para trocar com os proprietários, se desbloquearem a verba para a Junta de Freguesia ser indemnizada talvez tenham dinheiro ou terreno para trocar. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** começou por dizer que relativamente à intervenção do Senhor Deputado Deolindo Caetano a estrutura do Mercado de Ermesinde não está referido no ofício que recebeu o edifício com perda de segurança estrutural. Quanto à Fiscalização Económica a Câmara não tem conhecimento dessa intervenção. Relativamente ao Paços do Concelho ficou surpreendido com a notícia publicada no Jornal, há situações que têm sido colocadas à Câmara mas ainda não se vislumbra nenhum número, ninguém dessas parcerias público privadas colocaram questões, apenas foram apresentados projectos e hipóteses nada mais do que isso mas nenhum número. -----

Quanto ao QREN - Quadro de Referências Estratégico Nacional a Câmara de Valongo tem dezenas de projectos a serem incluídos, ao contrario dos anteriores Quadros Comunitários de Apoio este vai ser gerido com a Junta Metropolitana do Porto, com quem têm tido reuniões, os projectos que forem eleitos para serem incluídos no QREN darão conhecimento deles. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luís Azevedo sobre a coordenação do Organigrama que foi aprovado e está em vigor na Câmara de Valongo, as situações de coordenação da Engenheira Alzira Torres e da Senhora Isaura Marinho, esta última para coordenação da Biblioteca aconteceu porque não existe chefia de Divisão que poderia supervisionar a parte de leitura da Biblioteca. -----

Sobre a situação financeira da Câmara Municipal se o Senhor Deputado Casimiro Sousa leu o último relatório Financeiro apresentado, ele tem que circunscrever a sua actuação no presente, falar do ano de 2005, estão em 2007 e o documento de Prestação de Contas de 2006 já evidenciou uma certa recuperação, não a que queriam mas a que foi possível. -----

A dívida a curto prazo era de cerca de 19 milhões de euros em 2005 e hoje é de 7,5 milhões, e se não se gerou liquidez como é que pagaram a dívida a curto prazo, o endividamento em 2005 era de 20,92 negativos, hoje na última comunicação à DGAL – Direcção Geral da Administração Local com 4,6 a 4,7 milhões de euros de possibilidade de endividamento. Quanto à execução de receita, principalmente receita corrente foi de 95,4%. A dívida a Médio e Longo Prazo, quando se referem à dívida a Médio e Longo Prazo esquecem-

se de referir que foi herdada uma dívida de 21,4 milhões de euros que alguém se esqueceu de pagar à EDP os consumos do Município. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado António Fernando Monteiro sobre o cruzamento da Fábrica da Cerâmica, o procedimento está em fase de conclusão, vão lá ser colocados semáforos e feita uma alteração à circulação das ruas envolventes ao cruzamento. -----

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Casimiro Sousa informou que em 2006 a DGAL relativamente à Câmara de Valongo, numa análise que fez às Autarquias, referiu que era uma das Câmaras que mais tinha recuperado financeiramente a nível do País, e no ano de 2007 a situação ainda se encontra melhor. -----

Disse ainda que se está a falar de um estudo de 2005 e espera que os Técnicos Oficiais de Contas que elaboraram esse estudo, e demoraram ano e meio a apresentá-lo, que demorem menos de ano e meio a apresentar o estudo referente a 2006 para puderem analisar as contas da Câmara Municipal referentes a 2006. -----

Quanto à intervenção do senhor Deputado Fernando Reis sobre o Sporting Clube de Campo disse que a Câmara está preocupada com a situação, assim como está preocupada com a situação de outros clubes do Concelho que vivem dificuldades. O problema do Sporting Clube de Campo a Câmara está a tentar resolver através de protocolo com os proprietários que querem garantias que o terreno em sede de revisão do PDM vai passar a terreno de construção, e não têm querido contrapartidas financeiras, estando a Câmara a tentar ultrapassar as questões legais. -----

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Luís Azevedo sobre o campo de jogos da Outrela assume que numa anterior intervenção assumiu o compromisso de preparar o campo para servir de treinos ao União Desportiva Valonguense, porém ainda há alguns problemas para resolver com os proprietários do terreno, tem tido reuniões com esse proprietários a fim de se ultrapassar os problemas de forma a permitir avançar com o projecto. -----

Disse de seguida que sobre a construção do novo edifício dos Paços do Concelho ficou admirado com a notícia que veio no Jornal, bem como com a intervenção dos Senhores Deputados do Partido Socialista, pois parecem-lhe mais bem informados do que o Executivo da Câmara. Neste momento a Câmara só tem conhecimento de uma ideia que não tem qualquer desenvolvimento em termo de números e quanto a uma eventual parceria público privada. Ficou claro que é necessário construir uns novos Paços do Concelho e tentaram encontrar uma forma de o fazer sem depauperar em demasia a Câmara encontrando uma forma equilibrada. -----

Quanto à reparação dos pavimentos nas obras efectuadas pelas Águas de Valongo estão programadas intervenções, pois de facto há obras com deficiências que têm que ser corrigidas. Gostaria que o Senhor Deputado

Luís Azevedo também dissesse quantas obras estão bem feitas, porque há muitas, e não só mencionar as que estão em mau estado. -----

Relativamente ao QREN a Câmara Municipal tem 134 projectos que pensaram em candidatar. Quanto aos projectos a Câmara contratou uma empresa consultora especialista nessas questões, e dos 134 projectos alguns deles à partida não são passíveis de financiamento, portanto serão retirados da lista. -----

Sobre a questão do Metro não é verdade que não esteja nos horizontes próximos, não está no que recentemente foi aprovado mas está nos horizontes de quando estiver feita a ligação a Gondomar e haja uma extensão a Valongo, pois é esse compromisso da área Metropolitana do porto. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado José Carvalho, estão de acordo com as reivindicações da construção do Centro de Saúde de Campo, mas gostaria que na Moção apresentada onde refere que a Câmara disponibilize um terreno também constasse a Junta de Freguesia, pois terá mais terrenos que possa disponibilizar em Campo do que a Câmara. -----

Quanto ao Hospital ter mais dois pisos e que devia ser trocado, o urbanismo não se vende nem se pode vender, a lei não o permite, não há negócios mais ou menos escuros com o urbanismo, quando há mais valias que a Administração proporciona elas devem ser repartidas entre os proprietários e o Município, portanto a hipótese apresentada não é viável. -----

O Senhor **Vereador Eng. José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** começou por dizer que relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado António Fernando Monteiro sobre o lixo depositado na Rotunda 1º de Maio, a Câmara aplica o mesmo procedimento a essa Rotunda que ao restante Concelho, seis vezes por semana à mesma hora é feita a recolha do lixo. O Senhor Deputado António Fernando Monteiro disse que se deveria fazer algo mas não especificou o quê, só diz que a Câmara tem que fazer alguma coisa. A Câmara faz sensibilização à população, processos de contra ordenação, e apesar de tudo as coisas têm melhorado, com a colocação de um contentor deixava-se de fazer a recolha diária. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Deolindo Caetano sobre o que se está a fazer na Vila Beatriz, existe lá um parque infantil onde estão a ser colocadas as três paredes existentes da mesma forma, o jardim vai ser enriquecido com mais algumas peças e parte degradada, desnivelada e com muito mato vai ser ajardinada, quanto ao corte de árvores não tem conhecimento que tenham cortado alguma árvore, mas sim mato com grandes dimensões, no entanto vai verificar. -----

Por fim quanto à questão do Metro o Senhor Deputado Luís Azevedo disse que o Plano de Pormenor foi apresentado num Organismo, mas também foi apresentado aos Membros da Assembleia Municipal. Nesse Plano de Pormenor consta o canal para o Metro, e tem que constar pois a isso chama-

se planeamento porque mesmo que demore muito a vir o Metro o Plano de Pormenor deve ser pensado em termos futuros, se o Metro não estivesse previsto seria mais grave. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** solicitou a palavra a fim de esclarecer que a Senhor Engenheira Alzira Torres está a coordenar o Gabinete de Projectos, é uma boa profissional e é licenciada por uma Escola Pública. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que relativamente às nomeações de funcionários da Câmara para os respectivos cargos é da exclusiva competência do Executivo. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** disse que gostava de saber porque as coordenadoras não foram incluídas uma no urbanismo e outra na cultura. -----

Relativamente à questão do público privado dos novos Paços do Concelho disse que gostava de ser informado se porventura existe, pois tem dúvidas que existisse. -----

Quanto ao QREN gostava que lhe fosse disponibilizado a relação dos 134 projectos. Sabe que a Junta Metropolitana vai estabelecer as prioridades para o QREN. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que relativamente à questão do lixo a função do Deputado municipal é colocar os problemas e depois a Câmara apresentar as soluções, e na questão do lixo ele abunda por todo o Concelho. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que a coordenadora não tem nada a ver com o urbanismo daí não estar lá integrada. -----

Quanto ao QREN que não será fornecida a lista dos 134 projectos, mas sim será dado conhecimento daqueles que vão candidatar. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o prolongamento do Período Antes da Ordem do Dia para depois do Período da Ordem do Dia sendo aprovado por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2007.04.30 não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor e seis abstenções em virtude dos Senhores Deputados não terem estado presentes na reunião. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.1 Projecto de regulamento de publicidade, propaganda política e eleitoral e outras utilizações do espaço público – Aprovação. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que na sua opinião o projecto de regulamento de publicidade, propaganda política e eleitoral e outras utilizações do espaço público apresentado é um mau projecto e fere a legalidade da Constituição Portuguesa. -----

No projecto existem três pontos, o da publicidade que era uma premência do Concelho, e depois o que regulamenta a propaganda e campanha eleitoral, que são coisas distintas. -----

No ponto da campanha eleitoral aparece no projecto em que a Câmara diz onde se pode afixar a propaganda de campanha eleitoral, no outro ponto quanto a ele mais grave, relativamente à propaganda política, que não significa que seja só dos partidos pode ser de um sindicato ou dos trabalhadores de uma empresa, só pode ser afixada a propaganda através de edital, ou seja o Senhor Presidente da Câmara é que diz onde se pode afixar a propaganda política. -----

O regulamento apresentado é igual ao da Câmara Municipal do Porto, que foi aprovado por maioria de votos e os Partidos da Oposição votaram contra. ----

Existe parecer da Comissão Nacional de Eleições, um Órgão eleito pela Assembleia da República, onde diz que os artigos não são constitucionais. ---

Num parecer de 2006 menciona as seguintes inconstitucionalidades: -----

“Seis – Alegada inconstitucional material: tendo o Tribunal concluído no sentido da inconstitucionalidade orgânica das normas que vêm questionadas desnecessário se torna como Tribunal que temos repetidamente afirmado apreciar a questão da sua alegada inconstitucionalidade material igualmente suscitada pelo requerente. -----

Da norma que se extrai da conjugação do n.º 2 do art.º 3 com o n.º 1 do art.º 5, na medida em que se proíbe a afixação ou a inscrição de mensagens de propaganda na área de cada Município em espaços e lugares públicos fora dos locais desnecessariamente disponibilizados para o efeito pelas Câmara Municipais”.-----

Essa norma foi tornada inconstitucional, existe jurisprudência sobre o assunto e daí dizer que o regulamento fere a Constituição Portuguesa, por isso apresenta uma Proposta de Recomendação à Câmara, bem como a CDU irá votar contra a proposta de regulamento. -----

Perguntou de seguida porque no regulamento a publicidade que é afixada nos recintos desportivos do Município, que são pertença da Câmara não está regulamentada. -----

De seguida entregou à Mesa uma Proposta que se anexa à presente acta como Doc. 5. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a leitura de um documento anexo à presente acta como Doc.6. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse que relativamente ao regulamento em discussão gostava de fazer os seguintes reparos: -----

No art.º 16 n.º 2 diz que: “O requerimento deverá ser acompanhado:” alínea d) “Declaração sob compromisso de honra de que não é devedor ao Município de qualquer débito relativo a taxas de publicidade ou outros meios de utilização do espaço público”, a questão que levanta é de que vale a declaração sob compromisso de honra, porque no art.º 20 alínea g) diz: “O

pedido de licenciamento é indeferido com base em qualquer dos seguintes fundamentos: Existirem débitos à Autarquia por dívidas relacionadas com a publicidade e /ou outras utilizações do espaço público”. -----

Na sua opinião é um acto inútil porque a Câmara vai verificar se o requerente deve ou não, se tem dívidas ou não relativas à publicidade, por isso parece-lhe que essa alínea está a mais. -----

A alínea f) do n.º 2 do art.º 16 diz que: “A autorização do condomínio ou proprietário, com como projecto geral de publicidade do edifício, caso exista e esteja devidamente aprovado pela Câmara Municipal”, se existir projecto e está aprovado pela Câmara, está na Câmara, não há necessidade de o juntar, seria uma diligência que a Câmara teria que fazer para verificar se há ou não projecto. -----

No art.º 17, n.º 1 alínea a) diz que: “Poderá ainda ser exigido ao requerente a indicação de outros elementos, sempre que se verifiquem necessários para apreciação do pedido, nomeadamente: A junção do termo de responsabilidade e contrato de seguro de responsabilidade civil para meio ou suporte que possa, eventualmente, representar um perigo para a segurança das pessoas ou coisas”, o Partido Socialista entende que se devem ser cautelosos quanto aos termos de responsabilidade, à exigência de contratos de seguro, pois quando se trata de pagar indemnizações pode ser complicado. Entende que se há dúvidas quanto à segurança, aos danos que possam causar a terceiros, não deviam ser autorizados e eliminar o termo de responsabilidade porque não vai garantir nada nem vai garantir que a pessoa lesada seja devidamente indemnizada. -----

Quanto às inconstitucionalidades que foram referidas, de facto o regulamento em discussão é a cópia do regulamento da Câmara Municipal do Porto, o Partido Comunista intentou uma Providencia Cautelar no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, para que fosse declarada a inconstitucionalidade de vários artigos, bem como fosse suspensa a sua entrada em vigor, a decisão sobre o procedimento cautelar já foi publicada, e julgado improcedente, para já não há nenhuma inconstitucionalidade declarada sobre os artigos que foram invocados. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** começou por dizer que esperava que o Senhor Deputado Deolindo Caetano fosse o primeiro a defender a proposta em discussão, pois apresentou-se numa coligação a CDU com o Partido Ecologista os Verdes pelo que deveria ser a preocupação ecológica e ambiental a falar mais alto. -----

Evitar a poluição urbana produzida pelos cartazes colados em todas as cidades, não só no Concelho de Valongo, é um dos objectivos do que se pretende com o regulamento, pois há hábitos antigos que deveriam mudar e adaptar-se aos novos tempos. -----

Relativamente ao art.º 45º da Lei Orgânica 1/2001, tem como título “Propaganda Eleitoral”, Capítulo I “Princípios Gerais”, o art.º 38º “Aplicação

dos Princípios Gerais” onde diz quando é que são aplicadas as regras, quanto à Propaganda Política o que está em questão é o art.º 54º n.º 1, o art.º 45º tem a ver com o previsto no art.º 54º n.º2, diferencia-se a propaganda política da propaganda eleitoral, e o art.º 45º tem a ver somente com a propaganda eleitoral. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que o regulamento tem dois números, um é a propaganda política e outro a propaganda eleitoral, no seu entender o que está mal são os dois, não está mal um e bem o outro, pois no art.º 45º da Lei Orgânica 1/2001 diz: -----

“Ponto 6 – Esta obrigação não significa segundo a deliberação da Comissão Nacional de Eleições que as forças políticas e sociais apenas seja possível afixar propaganda nos citados espaços”, não há dúvidas de uma Lei aprovada pela Assembleia da República, não existem duas leituras. -----

Relativamente ao que parece bem ou mal é sempre subjectivo e por isso existem as Leis para regulamentar os gostos, para que um gosto não prevaleça sobre outro. -----

Quanto ao Tribunal Administrativo, as Providências Cautelares não decidem nada só depois o Tribunal é que decide. A Providência Cautelar de que se falou não tem a ver com o que se falou mas sim com as coimas que são aplicadas, porque as Câmaras podem aplicar as coimas que é muito difícil dizer se é constitucional ou não, nesse ponto é que o Tribunal Administrativo aceitou as coimas que foram aplicadas ao Partido Comunista pela Câmara Municipal do Porto. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** disse que o projecto de regulamento em discussão visa apenas salvaguardar aspectos de cidadania e impor respeito à forma de afixação de propaganda, regras que ao serem aprovadas são para serem respeitadas por todos os Partidos sem excepção.

Seguidamente disse que é importante saber se estão ou não interessados em ter um Concelho limpo e asseado, sendo que na campanha eleitoral é quando se verifica maior gravidade ao ser colocada propaganda em todos os locais, muitas vezes com desrespeito para com a propriedade privada. -----

O Grupo Municipal do PSD/PP está de acordo que sejam implementadas regras de civismo e cidadania para que todos tenham orgulho em viver num Concelho limpo e asseado. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro o Paiva Queirós** começou por referir que não existe nenhuma disposição no art.º 54º do projecto de regulamento em discussão que vá contra a Lei n.º 97/88, aliás o art.º 4º que estabelece os critérios a estabelecer no licenciamento na publicidade comercial, bem como o exercício de actividades de propaganda esta conforme o art.º 54º n.º 3. -----

DE seguida disse que o Senhor Deputado Deolindo Caetano se esqueceu de referir um acórdão do Tribunal Constitucional, que sobre uma acção proposta pelo Partido Comunista Português, em que referiu que havia

inconstitucionalidade dos art.º 3º n.º 1, 4º n.º 1, 5º n.º1, 6º, n.º 1, 7º, 9º e 10 n.º 2 e 3 da Lei n.º 97/88, que estão plasmados no art.º 54, ou parte com o art.º 3 e art.º 4, o Tribunal Constitucional pronunciou-se pela constitucionalidade de todas as normas que o Partido Comunista Português pôs em causa. -----

Quanto à ocupação do espaço público nos pavilhões no art.º 4 do regulamento diz: “Para efeitos deste regulamento entende-se por: Ocupação do espaço público – qualquer implantação, ocupação, difusão, instalação, afixação ou inscrição, promovida por suportes publicitários ou outros meios de utilização do espaço público”, onde estão incluídos os pavilhões. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Casimiro Sousa o art.º 16 n.º 2 alínea d) e o art.º 20 na alínea g) poderiam ser eliminados ou eliminar uma das alíneas, quanto ao art.º 16 n.º 2 alínea f) onde fala projecto geral de publicidade do edifício, é do edifício não tem nada a ver com o projecto que está na Câmara, é publicidade que o proprietário aceita para o edifício.

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** começou por dizer que ao passar na Rotunda da auto estrada, em Ermesinde, reparou que estavam a abrir buracos no jardim e ao verificar a situação foi questionar os funcionários que o colocaram em contacto com o responsável, foi quando se apercebeu que era um dirigente do PCP e que os buracos se destinavam à colocação de um cartaz da Festa do Avante, que vai ser em Setembro. -----

Não discute a Lei pois já foi discutido o aspecto legal, mas não pode admitir que aconteça esse tipo de situações, o cartaz além da poluição visual não houve a preocupação se o jardim tinha sistema de rega que poderia ficar danificado para além de estragar a relva e a Câmara, segundo a opinião do Senhor Deputado Deolindo Caetano, não pode fazer nada. -----

Relativamente aos cartazes não políticos encetou uma guerra que foi retirar todos os cartazes que não têm licença, e os responsáveis pela instalação vão ser obrigados a pagar os consertos e transporte dos cartazes para as oficinas da Câmara. -----

Quanto à intervenção do senhor Deputado António Monteiro não entendeu a relação da sinistralidade com o projecto de regulamento em discussão, pois uma coisa que disse é falsa, que o Concelho de Valongo é o de maior índice de sinistralidade do País, o que não é verdade. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que quando referiu o parecer do Tribunal Constitucional, pedido pelo Partido Comunista, foi pelo facto de ser feita uma interpretação da Lei como a que estão a fazer na presente Assembleia, e nesse parecer está tudo clarificado porque existiam dúvidas da forma como a Lei foi aprovada na Assembleia da República. -----

O problema que se coloca não é se está contra a Lei, o problema é onde se pode pôr, e a Câmara pode fazer todo o ano publicidade no seu Boletim Municipal e nas suas brochuras, os Partidos Políticos da Oposição não o

podem fazer porque não têm Boletim Municipal nem brochuras, e se quiserem fazer publicidade não podem porque não têm local onde colocar. ---
O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, fez a leitura de uma proposta que se anexa à presente acta como Doc.7. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a admissão da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, anexa à presente acta como Doc.5, sendo admitida por unanimidade. -----

De seguida colocou à votação a admissão da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, anexa à presente acta como Doc.7, sendo admitida por unanimidade. -----

Colocou seguidamente à discussão a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, anexa à presente acta como Doc.5. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que no seu ponto de vista como o documento vai para discussão pública, não lhe parece que a Assembleia tivesse poderes para propor alterações à proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

A proposta da CDU é de recomendação e não de alteração, porque o regulamento vai estar em discussão pública e depois vota ao Executivo para aprovação e é remetido novamente à Assembleia para aprovação definitiva, assim o que a CDU propõe é que a Assembleia aprove as recomendações propostas e diga ao Executivo que a alteração dos artigos seja levada em linha de conta. -----

A **Senhora Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** informou o Senhor Deputado Deolindo Caetano que o projecto que vai a discussão pública é o aprovado em Assembleia com as alterações propostas e aprovadas. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, anexa à presente acta como Doc.5, sendo reprovada por maioria com vinte e oito votos contra da Presidente da Assembleia Municipal, do Grupo Municipal do PS, Grupo Municipal do PSD e do Deputado Arnaldo Pinto Soares e dois votos a favor do Grupo Municipal do BE e do Deputado José Deolindo Caetano. -----

De seguida colocou à discussão a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, anexa à presente acta como Doc.7, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e aprovada por maioria com vinte e nove a favor do Grupo Municipal do PS, do Grupo Municipal do PSD, do Grupo Municipal da CDU e do Deputado Arnaldo Pinto Soares e uma abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

Seguidamente colocou à votação o ponto 2.1 - Projecto de regulamento de publicidade, propaganda política e eleitoral e outras utilizações do espaço público, com as alterações da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do

PS, anexa à presente como Doc.7, sendo aprovado por maioria com vinte e sete votos a favor da Presidente da Assembleia Municipal, do Grupo Municipal do PS, do Grupo Municipal do PSD e do Deputado Arnaldo Pinto Soares, dois votos contra do Grupo Municipal do BE e do Deputado José Deolindo Caetano e uma abstenção do Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.2 - 2ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por maioria com dezassete votos a favor do Grupo Municipal do PSD, do Grupo Municipal da CDU e do Deputado Arnaldo Pinto Soares e treze abstenções do Grupo Municipal do PS e do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto. -----

Seguidamente colocou à votação a admissão do Moção apresentada pelo Deputado Arnaldo Pinto Soares anexa à presente acata como Doc.4, sendo admitida por unanimidade e colocada à discussão. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** disse que a argumentação está na Moção os números são claros assim como a realidade, aquilo que pede é o apoio de todos não só na votação mas em toda a influência que cada um possa ter para resolução do problema, bem como o apoio da Câmara Municipal. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse que o partido Socialista está sensível à situação de Alfena, e que não suscita dúvidas que com a construção do Centro de Saúde Alfena/Ermesinde ninguém vai ficar melhor, Alfena não fica bem porque vai receber vinte e tal mil utentes do Centro de Saúde de Ermesinde mais aqueles que já lá estão, parece evidente que é necessária a construção de um Centro de Saúde de Alfena. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que o Concelho de Valongo tem vinte mil utentes sem médico de família. -----

Existe um problema, tem-se falado na reestruturação da saúde, quando se fala nas Unidades de Saúde Familiar em que ia resolver tudo, é bom que se diga que foi feito um contrato em Alfena em que um grupo de médicos, não funcionam como entidade privada mas o estatuto não anda muito longe, que tomou conta dos utentes de Alfena, cerca de 13.600 utentes, e a partir desse contrato não são admitidos mais doentes, mesmo que Alfena cresça, mesmo que vá população de outros Concelhos, esses médicos só vão tratar os utentes relativos ao contrato efectuado. -----

Relativamente a Campo em questão de regulamentação não pode funcionar naquele pré-fabricado, pois acabou o tempo. -----

Alfena não se justifica que tenham que se deslocar para Ermesinde. -----

Quanto à Câmara dar terrenos, a Câmara pode ter ou não ter terrenos, mas devem ser justos e equilibrados, se a Câmara deu um terreno e ajudou o Governo a fazer um Centro de Saúde em Ermesinde, também dentro das suas possibilidades tem o dever de não deixar Campo como um parente pobre. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que tanto quanto sabe a Câmara não tem terrenos em Campo, mas vai fazer o levantamento para verificar se existe algum terreno que possa ceder, agora a Câmara comprar terrenos para dar ao Estado não o faz.

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou á votação a Moção apresentada pelo deputado Arnaldo Pinto Soares anexa à presente acata como Doc.4, sendo aprovada por unanimidade. -----

Colocou de seguida à votação da admissão da Moção apresentada pelo Deputado José Carvalho da Rocha anexa à presente acta como Doc.1 sendo admitida por unanimidade, colocando de seguida à discussão. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira** disse que olhando para a importância do equipamento propôs ao Senhor Deputado José Carvalho uma alteração à Moção em que diga: A Câmara Municipal e/ou a Junta de Freguesia no âmbito das suas competências disponibilizem um terreno. -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha** disse que quando fez a proposta não foi com a intenção da Câmara comprar um terreno, mas a Câmara tem instrumentos que lhe permitem proceder a permutas, e o PDM quando é designada utilidade pública pode ser alterado, e a Câmara tem esse mecanismo nas mãos. -----

Relativamente à compra de terreno se a Junta de Freguesia tivesse possibilidade compraria o terreno e construía o Centro de Saúde pois é para servir a população de Campo. -----

Ficou preocupado pois tinha ideia de que o Centro de Saúde de Campo ainda tinha alguns anos de vida, mas foi informado que o mesmo estava em ruptura, o edifício está digno, está limpo e pintado, foi remodelado há pouco tempo, mas isso não chega para a saúde. -----

Faz suas as palavras do Senhor Deputado Arnaldo Soares que se todos ajudarem melhor porque há gente carenciada, em particular em Campo que tem uma população envelhecida, a população jovem fugiu para Valongo. -----

O Senhor **Deputado Fernando David dos Reis** disse estar de acordo com o Senhor Deputado José Carvalho, pois tem conhecimento que existem pessoas a marcar consultas no Centro de Saúde de Campo para Outubro, sendo premente a sua resolução. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que no processo têm que estar todos envolvidos, foi Presidente da Administração Regional de Saúde e na altura comprou terrenos para a construção de Centros de Saúde. -----

Na sua opinião têm que pressionar o Governo pois a saúde compete ao Estado e tem que ser uma preocupação predominante do Estado. -----
Agora se a Câmara tiver algum terreno disponibiliza para a construção do Centro de Saúde. -----

A Senhor **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a Moção apresentada pelo Deputado José Carvalho de Rocha anexa à presente acta como Doc.1 sendo aprovada por unanimidade. Colocou de seguida à votação a admissão da Recomendação apresentada pelo Deputado António Fernando Correia Monteiro anexa à presente acta como Doc.2, sendo admitida por unanimidade, colocando de seguida à discussão não se verificaram intervenções sendo colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

De seguida colocou à votação a aprovação em Minuta dos pontos 2.1 e 2.2 da Ordem de Trabalhos que foi aprovado por unanimidade. -----
Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____